



Universidades Lusíada

Sousa, António Jorge Duarte Rebelo de, 1952-

Da relevância da igualdade do género nos índices de desenvolvimento humano

<http://hdl.handle.net/11067/6205>

<https://doi.org/10.34628/tzjm-fg14>

Metadados

Data de Publicação	2021
Resumo	<p>O presente texto procura avaliar e evolução dos problemas concernentes às desigualdades do género, a nível internacional, bem como em Portugal, analisando-se, ainda, a evolução recentemente operada em Portugal....</p> <p>This text intends to analyse the issues concerning gender inequality both at a national and international level, considering the evolution recently registered after the 25th April....</p>
Palavras Chave	Discriminação sexual contra as mulheres, Igualdade de remuneração, Mulheres - Condições sociais
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCEE] LEE, n. 31 (2021)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-19T16:31:27Z com informação proveniente do Repositório

**DA RELEVÂNCIA DA IGUALDADE DO GÊNERO NOS
ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO ***

**THE RELEVANCE OF GENDER EQUALITY
FOR HUMAN DEVELOPMENT INDEX**

António Rebelo de Sousa

Professor Catedrático da Universidade Lusíada
Professor Associado com Agregação da Universidade de Lisboa
Orcid: 0000-0002-9547-916X
antonio.rebelo.sousa@hotmail.com

DOI: <https://doi.org/10.34628/tzjm-fg14>

Data de submissão / Submission date: 09.12.2021

Data de aprovação / Acceptance date: 17.03.2022

* Conferência realizada pela SOFID - Sociedade Financeira para o Desenvolvimento, pela UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa e pela Fundação das Mulheres Empresárias da CPLP, em 09/04/2021.

Resumo: O presente texto procura avaliar e evolução dos problemas concernentes às desigualdades do género, a nível internacional, bem como em Portugal, analisando-se, ainda, a evolução recentemente operada em Portugal.

Abstract: This text intends to analyse the issues concerning gender inequality both at a national and international level, considering the evolution recently registered after the 25th April.

Introdução

Para a SOFID a celebração do presente Protocolo com a Federação das Mulheres Empresárias da CE-CPLP, representada pelas Exmas. Senhoras Dras. Nelma Fernandes e Liliana Catoja, é algo que faz plenamente sentido.

Em primeiro lugar, porque a SOFID sempre considerou da maior importância apoiar projetos potenciadores do desenvolvimento sustentado e integrado nos Países em Vias de Desenvolvimento e nos *Intermediate Countries*.

Em segundo lugar, porque a SOFID sempre considerou fundamental o apoio à lusofonia e, por conseguinte, a cooperação, a vários níveis, com os nossos parceiros de língua portuguesa.

Em terceiro lugar, porque a SOFID subscreveu protocolos e declarações conjuntas a nível internacional – designadamente, com as European Development Finance Institutions –, tendo em vista contribuir para a implementação de projetos enquadrados nos objetivos 2030, projetos esses que contribuíam para a defesa do meio ambiente, para a transição energética e para a construção de sociedades mais inclusivas, assentes no que se convencionou designar de desenvolvimento integral.

Já em princípios dos anos 2000, desenvolvi a Teoria dos Três Diamantes do Bem-Estar, em que se procurava conciliar o Novo Diamante da Macroeconomia com o Diamante da Microeconomia (ou Novo Diamante Empresarial) e com o Diamante da Relatividade Económica (mais ligado às Políticas Sociais e de Enquadramento e que se inspira na Teoria da Relatividade Económica).

O sobredito Diamante da Relatividade Económica teria como objectivo essencial a maximização do Bem-Estar e os factores determinantes do sucesso do mesmo seriam a Good Governance, o Grau de participação, a Mobilidade Social, horizontal e vertical, as Infraestruturas de Enquadramento, o Padrão de Desenvolvimento e a Dinâmica Desenvolvimentista.

Ora, nas variáveis grau de participação, mobilidade social, padrão de desenvolvimento e Dinâmica Desenvolvimentista a participação da mulher nas sociedades apresenta-se da maior importância, o que, aliás, me levou a integrar o IDG – Índice de Desenvolvimento Ajustado do Género em dois Índices de Desenvolvimento Humano novos que criei em 2003/2004, a saber, o Índice de Desenvolvimento Humano-Dinâmico e o Índice de Desenvolvimento Humano-Dinâmico e Sustentável.

Um outro indicador importante da desigualdade entre homens e mulheres era, também, proporcionado pela MPG – Medida de Participação segundo o Género, a qual procura medir o grau de participação da mulher na vida económica e política, expondo a desigualdade de oportunidades em áreas seleccionadas (v.g., participação no Parlamento, nos Governos Centrais e Locais, entre os funcionários superiores e gestores, entre os quadros gestores de empresas e ao nível dos doutorados).

Em boa verdade, não é possível ter-se uma perspectiva dinâmica e progressiva de uma sociedade do futuro sem se pensar na construção de sociedades inclusivas e tendencialmente assentes no princípio da igualdade de oportunidades, o que, entre outros aspetos, passa pela redução das desigualdades entre homens e mulheres.

Da Evolução Recente

O *Global Gap Report* de 2020 do Fórum Económico Mundial afirma que a igualdade do género não será plenamente atingida antes dos próximos 99 anos.

No seu 14º ano, comparou 153 países, considerando 4 dimensões fundamentais, a saber:

- a participação e as oportunidades económicas;
- o desempenho educacional;
- a saúde e a sobrevivência;
- a responsabilidade política.

De um modo geral, a igualdade do género melhorou, tendo o acréscimo de representação política das mulheres contribuído para esse desiderato.

Importa referir que, no domínio específico da educação, se prevê que sejam, apenas, necessários 12 anos para se atingir, no essencial, a igualdade de género (com exceção de alguns países de influência fundamentalista radical), sendo certo que a igualdade do género, no setor em causa, já foi, praticamente, alcançada em 40 dos 153 países objecto de análise do *Global Gap Report*.

Note-se que, em 2019, as mulheres já ocupavam 25,2% dos assentos parlamentares e 21,2% dos lugares ministeriais.

Todavia, a participação das mulheres no mercado de trabalho alargado tem vindo a estagnar, sendo até certo que as disparidades financeiras estão a aumentar, verificando-se, inclusive, uma deterioração da posição relativa das mulheres nas economias emergentes que tem vindo, aliás, a compensar os progressos obtidos ao nível dos países da OCDE.

Apesar de, ao nível da escolaridade e da saúde e sobrevivência, as mulheres estarem mais próximas da igualdade em relação aos homens (96,1% e 95,7%, respetivamente), ao nível da participação e das oportunidades económicas a sua posição relativa tem vindo a retroceder (57,8%), o que, entre outros aspetos, tem que ver com o facto de haver poucas mulheres a optar por profissões com um crescimento salarial mais significativo e bem assim com o facto de se confrontarem com a falta de infraestruturas assistenciais e de acesso ao capital.

De um modo geral, afigura-se possível afirmar que as mulheres estão mal equipadas para fazer face aos desafios da IV Revolução Industrial e de Serviços.

Por outro lado o país que mais se destaca na igualdade do género continua a ser a Islândia, pelo 11º ano consecutivo.

Curiosamente, entre os países que mais melhoraram, importa salientar a Albânia, a Etiópia, o Mali, o México e a Espanha.

Dos 153 países analisados, 101 melhoraram as suas pontuações, 47 países mantiveram, em termos gerais, o desempenho e 5 não foram, devidamente, estudados uma vez serem recém ingressados no *ranking* considerado.

Trinta e cinco países alcançaram, praticamente, a igualdade do género na educação e 48 na saúde.

Em termos de participação económica, a diferença de género demorará, ainda, muito tempo a ser ultrapassada, sendo certo que apenas 55% das mulheres estão envolvidas no mercado de trabalho, contra 78% dos homens (idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos).

Existem, ainda, 72 países onde as mulheres são impedidas de abrir contas bancárias ou de obter crédito e não existe nenhum país em que os homens passem a mesma quantidade de tempo que as mulheres em trabalho não remunerado (que o mesmo é dizer, em trabalho doméstico).

Em termos regionais, a região em que se registou maior progresso na igualdade do género, nos últimos anos, foi a Europa Ocidental (76,7%), seguida pela América do Norte (72,9%), pela América Latina e Caraíbas (72,2%), a Europa de Leste e Ásia Central (71,3%), a África Subsaariana (68,2%), a Ásia Setentrional (66,1%) e o Médio Oriente e Norte de África (60,5%).

Da evolução em Portugal

Se analisarmos, agora, a evolução registada em Portugal, podemos, desde logo, relembrar que só depois de 1974 as mulheres puderam votar e ser eleitas de forma universal e livre.

Lembro-me, contudo – e por curiosidade –, de que, quando fui Parlamentar da EFTA, em 1977/78, conheci a primeira mulher suíça eleita deputada, a qual viria, aliás, a ser eleita Presidente dos Parlamentares da EFTA.

Regressando a Portugal, em 1976, foi abolido o direito do marido abrir a correspondência da mulher e, em 1978, a mulher casada deixou de ter estatuto de dependência do marido, desaparecendo, também, a figura de Chefe de Família e passando a residência a ser decisão de ambos os cônjuges.

Importa, todavia, assinalar que, em diversos domínios, como na mortalidade materna, ocorreram progressos notáveis em Portugal (passando de 42,9 por 100.000 nascimentos, em 1975, para menos de 7,3 por 100.000 nascimentos a partir de 2014), o mesmo se passando com a mortalidade infantil, que conheceu uma redução de 38,9 crianças por 1000 nascimentos em 1975 para 3,2 crianças por 1000 nascimentos em 2016 (crianças até 1 ano).

Também no que concerne à taxa de analfabetismo se registou uma evolução muito favorável, sendo certo que a taxa de analfabetismo nos homens desceu de 19,7% para 3,5%, entre 1970 e 2011, enquanto que nas mulheres sofreu uma redução, para o mesmo período, de 31,0% para 6,8%. Curiosamente, a percentagem de licenciados aumentou de 1,4% para 12,4%, nos homens e de 0,5% para 16,9%, nas mulheres, o que nos permite concluir que, desde 2011, a percentagem de mulheres licenciadas é superior à dos homens.

Se, em 2015, a população residente em Portugal era de 10.341.000 pessoas, aproximadamente, 4.901.000 eram homens (47,4%) e 5.439.000 eram mulheres (52,6%).

Não deixa de ser curioso constatar que a população feminina conhece uma maior assimetria no atinente aos graus de instrução do que a masculina. Assim, se em cada 100 pessoas sem nenhuma escolaridade 71 são mulheres e 19 são homens, em 100 pessoas com ensino superior 61 são mulheres e 39 são homens.

Todavia, existem manifestamente problemas com a adaptação das mulheres ao segmento de tecnologias de informação e comunicação, sendo certo que, em 2014, as mulheres representavam 19,8% da mão-de-obra especializada do setor, enquanto que os homens representavam 80,2%.

Em 2016, a taxa de emprego das mulheres era de 67,4%, enquanto a dos homens atingia os 74,2%, mas, ao nível do desemprego, a taxa era idêntica para homens e mulheres (11,2%).

Um outro desafio que as mulheres portuguesas não conseguiram, ainda, superar é o do emprego a tempo parcial (e, mais especificamente, o do emprego parcial involuntário).

Em boa verdade, a diferença entre homens portugueses e europeus em tempo parcial é irrelevante, mas no que concerne às mulheres existe uma diferença significativa, uma vez que, na União Europeia, 32,1% das mulheres estão empregadas em tempo parcial e, em Portugal, apenas 12,5% estão nessa situação.

Deste modo, afigura-se evidente que as mulheres que trabalham a tempo parcial, em Portugal, enveredam por esta modalidade uma vez não conseguirem trabalhar a tempo inteiro (sendo este um aspeto caracterizador da tipologia de mobilidade social existente no nosso País).

No atinente à remuneração média de base, os homens recebem mais 16,7% do que as mulheres, sendo, ainda, certo que 85,4% das mulheres que tiveram filhos gozaram de licença parental, enquanto que, apenas, 27,5% dos homens usufruíram do mesmo direito.

Apresenta-se, igualmente, claro que a taxa de risco de pobreza é superior para as mulheres do que para os homens e que estes últimos, ainda, dispõem de mais poder político-económico e de um maior acesso à tomada de decisão.

A título de mero exemplo, as mulheres que, em 2015, eram consideradas política e economicamente relevantes correspondiam a 33,0% do conjunto das pessoas tidas como influentes, enquanto que os homens correspondiam a 67%.

Em 2013, só 7,5% dos Presidentes de Câmara eram mulheres, em Portugal, enquanto 92,5% eram homens, sendo certo que, mesmo onze anos depois da adopção da Lei da Paridade em Portugal, ainda não se vislumbravam mudanças tão significativas quanto desejável na forma de fazer política no nosso País.

Todavia, importa reconhecer que, entre os primeiros governos do pós-25 de Abril e os Governos pós-2015, a participação das mulheres nos mesmos passou de menos de 5% do total dos membros para mais de 30% e que, por outro lado, a proporção das mulheres nos Conselhos de Administração do PSI20 passou para 23%.

Finalmente, em termos de violência de Género, no pós-2015, o abuso sexual de crianças adolescentes do sexo feminino representava, ainda, 81% do total e as violações representavam 90,5% do valor global.

Um último aspeto relevante a considerar no que se refere à igualdade de Género – com implicações na mobilidade social, vertical e horizontal – consiste na endogamia no casamento.

Em 2012, visitei a Brown University, nos EUA, tendo reunido com o Professor Putterman, o qual estava, na oportunidade, a estudar a endogamia no casamento nesse país. O Professor Putterman desafiou-me, na altura, a elaborar um estudo idêntico em Portugal.

E, em boa verdade, volvidos dois anos elaborei com o meu amigo Professor Doutor António Quintino um estudo sobre a endogamia no nosso País.

O sobredito estudo permitiu concluir que, existe endogamia no casamento em Portugal, i.e., que mais de 50% dos casamentos se realizam entre pessoas do mesmo nível de rendimentos e de graus de instrução. Por outras palavras, mais de 50% das pessoas casadas pertencem, quando casam, ao mesmo meio sociocultural e uma percentagem razoável dos casais pertence a segmentos sociais afins ou adjacentes.

Curiosamente, quando o homem tem uma posição liderante no casal (em termos de rendimento ou de grau de instrução), a mulher tende a aproximar-se do seu estatuto ao fim de 10 anos.

Mas, quando a mulher lidera o casal (em termos de estatuto remuneratório ou de grau de instrução), verifica-se um aumento significativo de divórcios, a prazo de dez anos.

Por outras palavras, os homens experimentam uma certa dificuldade em aceitar a liderança das mulheres, o que poderá ser explicado a partir de factores de natureza cultural e psicológica.

Conclusão

Em síntese, muito se tem feito, no Mundo e em Portugal – como no conjunto dos países lusófonos –, no sentido da igualdade do Género.

Mas, também, é verdade que existe, ainda, um longo caminho a percorrer.

A SOFID irá, seguramente, contribuir, em conjunto com a Federação das Mulheres Empresárias da CE-CPLP, para, ao nível do Mundo Lusófono, se caminhar no sentido da obtenção de níveis de Bem-Estar mais elevados, com a redução das desigualdades entre Homens e Mulheres, criando-se condições propiciadoras da obtenção de patamares superiores de existência humana.

Quem não buscar o aperfeiçoamento permanente aceita quiçá desperdiçar um talento potencial, não aproveita da melhor forma os recursos que poderiam estar ao seu dispor, ficando aquém de um projeto de vida que poderia ser entusiasmante.

Saibamos, então, usufruir das nossas vidas, aproveitando as oportunidades criadas, em vez de irmos passando pela vida.

É a diferença entre viver a vida e irmos sendo vividos pela vida.

Bibliografia

Forum Económico Mundial, “Glocal Vap Report”, 2020.

EIGE – Instituto Europeu para a Igualdade do Género, 2021.

SOUSA, António Rebelo de – “Da economia”, 2.^a edição, 2021, pp. 507-544.

SOUSA, António Rebelo de – “condicionantes do desenvolvimento Português”, Editora Diário de Bordo, 2021.